



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LETÍCIA ALMEIDA DIAS

O PAPEL DA ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL

**Brasília – DF
2022**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LETÍCIA ALMEIDA DIAS

O PAPEL DA ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL

Artigo apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como Trabalho Final de Curso, como prevê o Art. 5 da Resolução da Câmara Setorial de Graduação da FE nº 01/2016 requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Hélio José Santos Maia

**Brasília – DF
2022**

O papel da escola contra o abuso sexual

Leticia Almeida Dias

Artigo apresentado à banca examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como Trabalho Final de Curso, requisito parcial e insubstituível para obtenção do título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Hélio José Santos Maia.

Aprovado em

Prof. Dr. Hélio José Santos Maia – Universidade de Brasília
Orientador

Profª. Dra. Paula Maria Cobucci Ribeiro Dias
Examinadora

Profª. Dra. Patrícia Lima Martins Pederiva
Examinadora

Prof. Dr. Roni Ivan Rocha de Oliveira
Suplente

MEMORIAL

Em agosto de 2016, ingressei na Universidade de Brasília, a minha escolha no vestibular tinha se tornado realidade. Nessa época eu namorava e acreditava no final feliz. Nesses primeiros seis meses de graduação eu tive uma infecção de urina que evoluiu para o rim e precisei ficar internada, esse tempo que fiquei internada perdi aulas, entregas de trabalhos, mas me mantive forte. No primeiro semestre, geralmente as pessoas são matriculadas em uma turma só, pegam todas as matérias com a mesma turma, eu, fui matriculada em duas, o que dificultou um pouco mais o meu início na universidade. Quando o semestre acabou, reprovei na matéria que pegava com a turma diferente da minha, pois eu tinha faltado, não tinha contato com as pessoas daquela turma e enfim, reprovei por décimos, saí do fluxo. Mas fiz amizades na turma A, que duram até hoje, Amanda, Gabriela e Léia, foram e ainda são um grande suporte para mim. Elas foram o melhor presente que a UNB me deu. Fomos parceiras em todo tempo, desde a escolha das turmas até o choro no fim do semestre.

No primeiro semestre de 2017 eu estava matriculada em apenas 3 disciplinas, fazendo acompanhamento com psicólogo, com problemas no relacionamento, problemas em casa e nada podia piorar. Mas como dizem, sempre pode piorar, o meu relacionamento que acreditava no final feliz, lá no começo, se tornou um pesadelo e chegou ao fim, eu vivi por 1 ano e 7 meses um relacionamento abusivo que só consegui enxergar com ajuda. Sofri o luto do fim, pois apesar de ser abusivo, eu gostava do rapaz. Segui em frente.

Em 2018, consegui meu primeiro emprego, em uma brinquedoteca, estava bem emocionalmente, tinha amigas incríveis na universidade, me formei no curso de inglês que eu fazia desde o meu ensino fundamental, finalmente eu consegui me formar. Formei-me também no curso de francês. Ganhei um carro e eu não podia estar mais feliz. Em 2019 eu participei de um projeto pela universidade chamado LEIA, lá no Pedregal. A experiência do projeto foi incrível, marcou a minha vida pessoal e profissional, mas em contrapartida estava exausta, pois estudava a semana toda e trabalhava de sexta a domingo na brinquedoteca. O trabalho não cansava mais só o meu corpo, mas a minha mente também, fiquei traumatizada com crianças e fui convidada a voltar para a terapia. Saí do emprego e decidi que ia terminar a graduação, mas jamais, em hipótese nenhuma eu iria trabalhar nessa profissão. No final de 2019 consegui um

estágio na UnB, o Flamengo ganhou a Libertadores e eu fiz mais amigas na universidade, criei um bazar entre amigas e tudo corria bem. Até que chegou 2020 e afetou não só a mim, mas a todos do mundo inteiro. Tínhamos uma pandemia em campo. Eu achava que duraria uma semana sem as atividades normais da vida, até que essa semana durou seis meses, sem estágio, sem aulas, sem igreja, sem programação nenhuma, só dentro de casa. Foi um tempo de muitas incertezas, muitas dúvidas, mas muita esperança. Dia 13 de junho eu perdi meu pai/avô, o que estava difícil, ficou pior. Os meus pais se separam quando tinha apenas 2 anos de idade e foi o meu avô quem fez a maior parte de pai, pois eu e minha mãe morávamos com ele. Eu nunca recebi tanto amor na minha vida como eu recebi do meu avô, ele sempre supriu todas as minhas necessidades e sempre me ensinou o caminho que eu devia andar. Ele me dava todo dia o dinheiro do meu lanche quando eu entrei UnB, mesmo quando eu estava trabalhando, ele sempre me dava. O cuidado dele comigo era realmente de um pai. Ele foi o melhor de todos e um dos maiores incentivadores e patrocinador dos meus estudos. Logo a UnB se reinventou e voltamos a estudar. Em 2021 a UnB continuava online, eu já tinha saído do estágio só esperava o dia em que as coisas voltariam ao presencial.

Em 2022 fiz o estágio obrigatório e a minha visão em relação as crianças e a profissão mudaram. Me apaixonei de novo pela profissão que escolhi, entendi que as minhas experiências ruins não ditavam as outras que poderia ter. E hoje estou aqui, depois de sol e tempestade cheguei no fim desse ciclo, com muito aprendizado. Na UnB aprendi muito sobre a profissão, aprendi sobre a diversidade de culturas, de pessoas, de raças, de escolhas, aprendi a respeitar e a sempre me colocar no lugar do outro. A minha graduação foi marcada por lutas e vitórias e o sentimento de hoje não poderia ser outro além de gratidão e muita felicidade por tudo que eu passei e enfrentei nesses longos 6 anos, que deveriam ter sido 4.

O PAPEL DA ESCOLA CONTRA O ABUSO SEXUAL¹

Leticia Almeida Dias

RESUMO

O artigo aqui presente refere-se a uma pesquisa realizada sobre o papel da escola contra o abuso sexual, cujo objetivo geral é identificar o papel da escola na ação contra o abuso sexual de crianças e adolescentes e como propõem soluções para o problema. O enfoque da pesquisa é qualitativo e como metodologia se realizou pesquisa bibliográfica em livros e periódicos sobre o assunto. Em continuidade se efetuou uma entrevista semiestruturada a uma profissional de Orientação Educacional de uma escola da Rede Pública de Educação do Distrito Federal, o que permitiu a interseção entre os achados no recorte de pesquisa realizado em artigos publicados em periódicos nos últimos quatro anos com as perspectivas sobre a temática tratada pela profissional entrevistada. Entre seus resultados é possível identificar claramente a conexão entre elementos apontados nas pesquisas e a realidade do que ocorre nas escolas do Distrito Federal diante das informações prestadas pela Orientadora Educacional.

Palavras-chave: Abuso sexual; Prevenção; Escola; Orientação Educacional.

Introdução

A infância em diferentes contextos históricos foram observadas de maneira diferente (OLIVEIRA e MAIA, 2020) e certamente o tratamento dispensado às crianças variaram ao longo do tempo. Ariès (2014) chega a mencionar que as crianças na Idade Média eram tratadas como adultos em miniatura e por esta razão não eram poupadas das conversas, diversões e ações dos adultos. Com a evolução das sociedades o cuidado com as crianças aumentou, mas, mesmo diante desse aumento, as crianças sempre sofreram violências de toda a ordem. Desde as físicas, as psicológicas e as de ordem sexuais. Sobre essa última, é o que se objetiva tratar nessa pesquisa.

Nesse sentido, o estabelecimento de demarcações nítidas quando o assunto é abuso sexual se faz necessário nas sociedades cada vez mais envolvidas em tecnologias. Há um tempo, a violência sexual envolvia a ação física clara e inegável, porém, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação, inúmeros são os sites que armazenam arquivos com conotação de violência sexual, sobretudo contra crianças e adolescentes, sendo que a Internet potencializa essa problemática (SILVA, 2012).

¹ Artigo produzido a partir de pesquisa realizada pela autora como Trabalho Final de Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação do Prof. Dr. Hélio José Santos Maia.

Embora a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegurem a proteção das crianças e adolescentes ao garantir seus direitos como prioritários para o Estado, a sociedade e a família, por mais vigilância que se tenha sobre abusos sexuais, o problema persiste e suas causas devem ser avaliadas largamente.

Nesse sentido, a escola representa uma das instituições mais importantes na garantia da proteção às crianças e adolescentes. E por a escola ser responsável pela instrução formal, reside nela, na maior parte das vezes, a responsabilidade de informar, alertar e monitorar seu público-alvo em relação a esses aspectos. Pois, é sabido que muitas crianças sofrem abuso sexual por não terem instrução. Assim, acredita-se que na escola elas devem encontrar informações necessárias para que isso seja evitado.

Este artigo está organizado em itens que compõem o corpo do texto. No primeiro item intitulado “*Um referencial teórico*” busca-se delimitar conceitos envolvidos com a temática e estudos recentes desenvolvidos. No item intitulado “*Notas profissionais*” trataremos das informações prestadas pela profissional de Orientação Pedagógica sobre como o abuso sexual é tratado pela escola, formas de identificação, como se dá a intervenção a partir da escola e como a escola previne. No item intitulado “*Resultados e Conclusões*” são feitas as interseções sobre os achados teóricos e as ações praticadas na escola por intermédio da Orientação Pedagógica. Nas *Considerações finais* estão relacionados os achados da pesquisa com o alcance dos objetivos. Por fim, seguem-se as referências bibliográficas e os apêndices.

Diante disso, o propósito dessa pesquisa foi detectar o papel da escola na prevenção e acompanhamento sobre abusos sexuais na infância. E o principal problema de pesquisa consiste em identificar, como pesquisas sobre o papel da escola têm contribuído para ajudar estudantes a evitar o abuso sexual?

Justificativas

Ainda que de modo empírico, a principal motivação para a presente pesquisa esteve no fato de constatar o aumento crescente de abuso sexual de crianças, sobretudo com o advento do ensino remoto, em que as crianças ficaram sem a presencialidade na escola. Dessa forma, esse assunto precisa ser clarificado, precisa vir à tona, não apenas com notícias ruins, mas com soluções. A sociedade precisa de auxílio nesta área, e

acredito que a escola pode dar esse suporte desde cedo, para que possamos evitar cada vez mais o abuso sexual, uma chaga na nossa sociedade.

Ainda que haja muitos trabalhos que identificam as causas do abuso sexual na atualidade, pretende-se com a pesquisa acrescentar mais uma contribuição à sua compreensão, com o viés do papel da escola em seu combate.

Objetivo geral

- Identificar o papel da escola na ação contra o abuso sexual de crianças e adolescentes e como propõem soluções para o problema.

Objetivos específicos

- Identificar causas do abuso sexual e seu reflexo no ambiente escolar;
- Conhecer o papel da escola sobre a identificação e prevenção de abuso sexual contra crianças e adolescente;
- Identificar propostas de escolas no combate ao abuso sexual.

Metodologia

Para a pesquisa, se recorreu à livros e artigos publicados em periódicos sobre o assunto de modo a delimitar um referencial teórico, sobretudo na identificação das causas do abuso sexual. Posteriormente procedeu-se à aplicação de entrevista semiestruturada a uma profissional que atua em uma escola de anos iniciais do Ensino Fundamental na função de Orientação Educacional e que lida com situações diversas que acontecem no âmbito da escola, incluído casos de abusos sexuais. Para assegurar o anonimato, o nome da participante da pesquisa e da escola são fictícios e essa garantia foi assegurada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) submetido à participante (vide anexo). A entrevista realizada com a Orientadora Pedagógica visou identificar elementos como ações de prevenção ao abuso sexual, identificação de comportamentos em crianças que denotam serem vítimas de abuso, encaminhamentos que a escola (professores e gestores) realizam ao identificar abuso sexual, além de ações que a escola realiza de modo a prevenir o problema.

Um referencial teórico

Ao contrário do que muitos pensam o abuso sexual não é algo recente. Martinelli (2007, p. 19) relata em seu livro um pouco sobre a história de exploração sexual infantil,

um dos primeiros registros históricos da prática de exploração sexual de crianças e adolescentes refere-se à corte francesa, do rei Luís XV. Ele comprava as meninas para compor seu harém real. Em Londres, no século XVIII, havia o aliciamento de meninas vindas do campo e a compra de crianças, que eram colocadas à venda do lado de fora das igrejas. Na Grécia antiga, meninas escravas eram comercializadas para a prostituição aos cinco anos como forma de compensar o tempo e os gastos com seu sustento... E o Brasil não tá fora disso, não! Por volta de 1788, muitas meninas, até com menos de 12 anos, esmolavam nas ruas e recebiam dinheiro em troca do corpo.

Como podemos ver, o abuso sexual contra crianças e adolescentes foi normalizado por muito tempo, e faz parte de algumas culturas de alguns países do mundo, recentemente é que esse assunto tem se tornado pauta relevante. Aqui no Brasil desde 1990 temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante os direitos de proteção para a criança e ao adolescente. Segundo o ECA,

Art. 101, § 2º Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Parágrafo único. Da medida cautelar constará, ainda, a fixação provisória dos alimentos de que necessitem a criança ou o adolescente dependente do agressor. (Incluído pela Lei nº 12.415, de 2011)

Pela Lei Federal n. 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência, a definição de violência sexual se encontra no art. 4º, inciso III:

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

A Constituição Federal também traz Leis que asseguram as crianças contra qualquer tipo de abuso sexual:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 4.º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 1988).

Essas Leis nos trazem clareza de que o ato da violência sexual é um crime e nunca deveria ter sido tratado como algo normal e comum.

Para a escola agir, ela precisa em primeiro lugar perceber e analisar os sinais de abuso, e ninguém melhor que os professores para ter a sensibilidade de perceber esses sinais. A escola é um ótimo lugar para observar as crianças e entendê-las, muitas crianças dão sinais de abuso em desenhos, em textos e nas próprias atitudes.

Para Zuliani et al (2017), o professor é o principal agente do processo contra a violência sexual. Ele deve estar atento aos sinais que a criança dá quando está sendo vítima, pois é importante que sejam notados esses sinais o mais cedo possível, para que a criança tenha o respaldo devido. “É possível perceber alguns sinais pelo manifesto que ela transmite através de brincadeiras de faz de conta, desenhos, dificuldades no processo ensino aprendizagem, comportamentos agressivos e erotizado” (ZULIANI et al, 2017, p. 6).

Zuliani et al (2017) ainda retratam que por vezes os sinais são despercebidos pelos professores ou associados a outro problema por não quererem associar a violência sexual. Inclusive

Pesquisadores tem alertado para o fato de que, tratar o tema da violência sexual infantil como um tabu, deixando de discuti-la como um problema social que permeia as relações humanas, não é o modo eficaz de preveni-la, não falar, não significa que ela deixe de existir. (ZULIANI ET AL, 2017, p. 7)

Infelizmente questões relacionadas à sexualidade humana ainda são tratadas como um tabu, e menos ainda são discutidas na infância. (ZULIANI et al, 2017, p. 9)

Acreditamos ser no ambiente escolar, o principal espaço onde a criança poderá expressar esses sinais de violência, e ainda defendemos ser o professor o principal sujeito capaz de identificar esses sinais. (ZULIANI et al, 2017).

Ribeiro et al (2018) falam sobre possíveis consequências de uma criança que sofreu abuso. Enfatizam que na infância podem ser geradas consequências graves no desenvolvimento da criança, e o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é um dos transtornos que podem afetar esse desenvolvimento.

O TEPT caracteriza-se pelo quadro clínico que surge após a exposição ao evento traumático, o qual desencadeia sintomas de medo intenso, horror ou impotência, a vítima também pode manifestar comportamento agitado ou desorganizado, geralmente tem sonhos aflitivos e episódios de flashbacks com o evento. (RIBEIRO et al, 2018, p. 1).

Amazarray e Koller (1998) objetivam entender o que pode ser causado no desenvolvimento da criança. Algumas consequências citadas são, físicas (trauma físico, transmissão de DSTs, gravidez indesejada), psicológicas (medo, ansiedade, depressão) e comportamentais (comportamento sexual inapropriado, retraimento, entre outros). Elas abordam também sobre a importância da capacitação de profissionais que tem contato direto com as crianças que sofrem, ou sofreram abuso para que possa haver a intervenção adequada. Pois

como se não bastassem essas severas consequências, o contexto da revelação do ato abusivo, a reação frequentemente negativa da família e de toda a rede social da criança, bem como o despreparo dos profissionais, apresentam um grande potencial gerador de danos psicológicos secundários à criança. Esse potencial gerador de danos psicológicos constitui-se pela falta de apoio familiar e profissional (tanto na área terapêutica como na área legal) à criança, pela falta de crença na história da vítima, pela desvalorização do estado emocional fragilizado da mesma e pela atribuição, por parte da família, de culpa e de responsabilidade à criança pelo ato abusivo. Além disso, deve-se salientar que, agindo dessa forma, a família acaba apresentando uma conduta de cumplicidade com o agressor. (AMAZARRAY; KOLLER, 1998, s/p).

Não deve ser descartado a hipótese das crianças assintomáticas após o abuso, uma vez que as consequências, “geralmente, manifestam-se no decorrer do ciclo vital, através dos efeitos a longo prazo. Contudo, dificilmente uma criança sexualmente abusada não apresentará sintomas” (AMAZARRAY; KOLLER, 1998, s/p).

Um ponto importante a destacar é que a criança precisa ter uma educação/orientação sexual, pois assim ela vai entender como funciona o seu corpo e vai saber identificar atos que possam ser um abuso sexual. Pois muitas vezes os(as) abusadores(as) falam para a criança que a violência que está sendo cometida é um carinho. Se a criança não tiver esse conhecimento, ela vai achar que aquilo é normal. Para que o professor o ajude nessas questões,

é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professores. Os professores precisam se mostrar disponíveis para conversar a

respeito dos temas propostos e abordar as questões de forma direta e esclarecedora, exceção feita às informações que se refiram à intimidade do educador. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem-estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo, elevação de sua autoestima e, portanto, melhores condições de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. (PCN, 1999, p. 302)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999, p. 287) preveem que haja orientação sexual na escola, e

O objetivo deste documento é promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questões da sexualidade.

E ainda diz que “É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema”. (PCN, 1999, p. 303)

A escola deve, de forma efetiva atuar juntamente com o conselho tutelar denunciado toda e qualquer forma de abuso contra a criança e ao adolescente. O ECA assegura que “§ 2º Nos casos de violência sexual, cabe ao responsável da rede de proteção garantir a urgência e a celeridade necessárias ao atendimento de saúde e à produção probatória, preservada a confidencialidade.”

A denúncia é importante para que evite que o abusador violento novamente a criança ou adolescente, e também para que ele não venha abusar de outras crianças e/ou adolescentes.

“É na escola que a criança vai manifestar e apresentar “seu pedido de socorro”, para tanto o professor preparado e formado, estará apto para pensar na ação diante de uma ocorrência, desde encaminhamentos, denúncias, e principalmente acolhimento e intervenção junto à criança vítima da violência sexual”. (ZULIANI et al, 2017, p. 11)

Segundo Manfio (2021) “a escola acaba se valendo como um agravante para que a violência sexual seja mantida. Isso porque ao não conseguir identificar os casos, e, em não realizar a denúncia, o ciclo de violência sexual é mantido”.

Brino e Williams (2008) trazem em seu artigo uma pesquisa em que o foco é a prevenção do abuso sexual infantil na educação. Foi realizado e avaliado um programa com professores, alunos e familiares. O programa contou com a parceria da Secretaria Municipal de Educação do município onde os professores desenvolveram atividades com o foco em prevenir o abuso sexual com as crianças e seus familiares. Os dados

avaliados após o programa, foram positivos para a escola e a comunidade. Assim, devemos não só estar prontos para denunciar, mas para prevenir.

Brito et al (2004) fizeram um estudo com famílias que tinham ocorrências de violência doméstica contra crianças. As famílias foram entrevistadas e participaram da intervenção, que contou com visitas domiciliares. Cerca de 80% das famílias sentiu que a intervenção foi positiva, as violências diminuíram ou até cessaram.

Observa-se que a intervenção junto dessas famílias pode ter resultados satisfatórios, desde que a violência possa ser compreendida em seus vários aspectos, ou seja, um sintoma presente no grupo familiar modelado por dificuldades de diferentes naturezas: cultural, social, econômica e das relações interpessoais. (BRITO et al, 2004, p. 1)

É importante que a intervenção seja com a família da criança ou adolescente, não basta apenas denunciar, é bom que seja entendido o contexto familiar e que a família esteja junto com a escola nesse processo. A rede de proteção conta com a escola e a família também.

O Ministério da Educação implementou um projeto em 2004, intitulado “Escola que Protege”. Esse projeto oferta uma formação continuada para os educadores, visando prevenir a violência contra crianças e adolescentes. Essa formação é dada por um curso que foi ofertado pela Universidade de Santa Catarina e logo depois ofertado em todas as Universidades Federais e Estaduais das regiões do Brasil.

Objetivo: Capacitar profissionais de educação, membros dos conselhos de educação, conselhos escolares, além de profissionais da saúde, assistência social, conselheiros tutelares, agentes de segurança e justiça, entre outros profissionais ligados à Rede de Proteção e Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes para promoção e a defesa dos direitos dessa população e o enfrentamento e prevenção das violências no contexto escolar.

Ações:

- Ofertar a formação continuada aos profissionais envolvidos na Rede de Proteção.

Como acessar: As escolas apresentam por meio do sistema PDE Interativo, a demanda de formação no curso Escola que Protege para as Secretarias Estaduais de Educação – SEDUC e Secretarias Municipais de Educação - SEMED que a validam e encaminham ao Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente. O Fórum elabora o Plano Estratégico de Formação docente e o encaminha ao Comitê Gestor da Rede Nacional de Formação/ MEC, responsável pela sua aprovação e apoio financeiro. (Projeto escola que protege, Ministério da Educação, 2018.)

A temática em trabalhos publicados em periódicos

Buscando-se referências sobre abuso sexual em periódicos, abaixo é apresentado o quadro 1 com artigos encontrados em um recorte dos últimos quatro anos. Essa busca realizou-se nas bases de dados dos Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico. Para a busca foram utilizados os termos indutores: “abuso sexual de crianças e adolescentes”; “abuso sexual e escola”; “percepção de abuso sexual”; “o papel da escola no abuso sexual”. Embora nessa busca se retorne dezenas de trabalhos pertinentes à temática, estabeleceram-se critérios para que o recorte temporal, como a limitação a trabalhos publicados em periódicos, assim, não foram usados trabalhos acadêmicos monográficos (TCC, dissertações e teses), uma vez que normalmente esses trabalhos de pesquisa são posteriormente publicados como artigo. Dado ao tamanho do presente artigo e o propósito do mesmo, a disposição dos artigos no quadro 1 está ordenado por ano de publicação, dos mais antigos para os mais novos dentro do intervalo de cinco anos e não apenas alcançam alguns poucos trabalhos sobre o tema e que abundam a pesquisa.

Quadro 1 – Trabalhos publicados em periódicos (2017-2022) sobre abuso sexual

| Ano | Autor | Título | Periódico |
|------------|--|--|---|
| 2018 | Marconi de Jesus Santos; Márcio Dênis Medeiros Mascarenhas; Malvina Thais Pacheco Rodrigues; Rosane Aparecida Monteiro | Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. | Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 27(2). |
| 2019 | Camila Bahia Lessa; Andréa Souto Mayor | A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. | Rev. Humanas Sociais & Aplicadas, v. 9, n. 25. |
| 2019 | Luciana Uchôa Barbosa; Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa; Vanderlei Folmer | A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. | REAS/EJCH, Vol. 11(10) |
| 2020 | Érica Souza Paixão; João Clemente Souza Neto | O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno | Rev. Territorium 27(I). |
| 2021 | Moniky Araújo da Cruz; Nadirlene Pereira Gomes; Luana Moura Campos; Fernanda Matheus Estrela; Maria | Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa | REVISÃO Ciênc. saúde coletiva 26 (4); Abr 2021. |

| | | | |
|------|--|--|-----------------------------|
| | Carolina Ortiz Whitaker; Josinete Gonçalves dos Santos Lirio | | |
| 2021 | Denise Carvalho Campos; Lilian Caroline Uraú | Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexão sobre o papel da escola | Rev. Psicol. Esc. Educ. 25. |

Deslocando a pesquisa para o próprio ambiente escolar, Santos et al (2018) descrevem em seu trabalho as notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrida na escola no Brasil entre 2010 e 2014. Para isso utilizaram dados de registros de notificação compulsória de violência sexual contra crianças e adolescentes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Diante dos dados obtidos, concluem que "crianças e adolescentes estão expostos à violência sexual na escola, instituição que, supostamente, deveria garantir proteção, desenvolvimento saudável e segurança para os escolares" (SANTOS, et al, 2018, p. 1). Entre os resultados, os pesquisadores apontam um gradativo aumento nas notificações de violência sexual ocorrida na escola no período estudado. Há uma preponderância de crianças e adolescentes do sexo feminino que sofrem violência e abuso sexual. Com base em vários estudos, os pesquisadores ainda informam que "os perpetradores de violência sexual mais comuns eram parceiros íntimos, familiares e professores" (SANTOS et. al, 2018, p. 7).

Lessa e Mayor (2019) realizaram um estudo de percepção de professores em formação inicial e continuada sobre se existe capacitação na fase da formação ou mesmo na formação continuada para lidar com abuso sexual infantil. Segundo as autoras, "foi identificada a predominância da concepção de despreparo profissional para lidar com alunos vítimas de abuso sexual. A defasagem no ensino e na formação dos professores foi apontada como uma das principais causas dessa desqualificação" (LESSA; MAYOR, 2019, p. 61).

Em relação a documentos legais que de alguma forma abordam a temática de sexualidade na escola e que podem contribuir com elementos orientadores para educadores, o trabalho de Barbosa; Viçosa e Folmer (2019) é especialmente interessante, uma vez que os autores analisaram os documentos legais que se remetem à orientação sobre sexualidade e educação sexual no Brasil. Entre os resultados apontam

que os PCNs de 1997 apresentaram a orientação sexual de modo a conhecer e valorizar os direitos sexuais, reprodutivos, prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada. Indicam ainda que no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 apresentou entre seus objetivos e metas, questões de sexualidade para cursos de formação de professores, porém na versão do PNE 2014-2024, foi retirado do seu conteúdo a previsão de orientação sexual nos contextos escolares. Em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os autores apontam que o tema sexualidade no contexto escolar reduziu-se à reprodução e doenças sexualmente transmissíveis, restrita ao componente curricular de Ciências apenas no oitavo ano. Como conclusão, os autores informam que nos últimos documentos legais houve um mecanismo de interdição e silenciamento sobre a temática de sexualidade na escola, o que implica em negação ao direito à informação.

Paixão e Souza Neto (2020) buscam identificar os sinais de que uma criança e/ou adolescente estão sendo vítimas de violência e objetivam analisar o fenômeno de violação de direitos no que diz respeito ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente e dar alguns subsídios para a comunidade escolar de modo a identificar o fenômeno para prevenção. Entre suas conclusões os pesquisadores apontam que o abuso sexual ainda é subnotificado em comparação com outro tipo de violência, justificando para isso, que existem tabu e pacto de silêncio, uma vez que a maioria dos abusos ocorrem na família. Para os autores

O pacto de silêncio se fortalece e se reproduz em função do medo de denunciar por parte da população e dos profissionais e esse medo se justifica pela falta de informação sobre o SGD², pelas exigências burocráticas no atendimento e pela falta de recursos. (PAIXÃO; SOUZA NETO (2020, p. 108).

Quanto aos danos e repercussões do abuso sexual na infância, Cruz et al (2021) trazem algumas das consequências do abuso sofrido que podem ser, depressão, enxaqueca, início precoce da atividade sexual, uso de drogas e bebida alcoólica, comercialização do sexo, boderline, baixa autoestima, comportamento suicida, transtorno psicótico, alucinações auditivas. Para que seja evitado adultos com tais problemas, a escola deve fornecer a informação para seus estudantes, visando evitar que eles sofram tal tipo de abuso. A escola não deve ser o único meio de informação, a casa do estudante deve ser um lugar de aprendizado também, no entanto, como muitos não

² Sistema de Garantia de Direitos (Nota da autora).

possuem esse suporte em casa e muitas vezes o abuso vem de casa, a escola deve oferecer.

Campos e Urnau (2021) em pesquisa sobre o papel da escola no enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada entre agentes escolares de unidades de ensino da rede pública estadual de Porto Velho-RO, revelam que a maioria dos agentes escolares desconhecem a problemática e que nenhuma das escolas pesquisadas desenvolve ações de enfrentamento do problema. Indicam ainda que a educação sexual não é trabalhada como um tema transversal e que o enfoque sobre sexualidade se reduz à perspectiva do risco e vitimização, sem ser entendida em uma ótica dos direitos humanos.

Como é de se notar, os trabalhos acima trazem preocupação sobre o abuso sexual de crianças e adolescentes, sua caracterização, consequências e que de alguma forma envolvem a escola e seu papel na identificação e prevenção. Para identificar relações entre os trabalhos produzidos nesse campo em que um pequeno recorte foi apresentado acima, se estabeleceu contato com uma profissional da Rede Pública de Educação do Distrito Federal que lida com situações de abuso sexual, com o intuito de também buscar informações em uma realidade próxima.

Notas profissionais

A entrevista semiestruturada (ver roteiro e entrevista transcrita na íntegra nos apêndices) foi realizada com uma Orientadora Educacional de uma escola da Rede Pública do Distrito Federal. Em respeito ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLC) (em anexo) assinado pela profissional entrevistada, sua identificação e da sua escola são fictícias.

Primeiramente para situar o papel do profissional de Orientação Educacional se recorreu ao site da própria Secretaria de Educação do DF e lá está informado que a Orientação Educacional representa uma oferta educativa presente nas escolas da Rede Pública do DF e configura-se como um direito dos estudantes, sendo parte da estrutura pedagógica das Unidades de ensino.

Cabe aos profissionais atuantes na Orientação Educacional planejar, coordenar, implementar e avaliar o desenvolvimento de ações pedagógicas voltadas para os estudantes, professores, famílias/responsáveis legais, além da organização escolar enquanto instituição. Outras funções são participar na identificação dos fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem; assessorar a equipe técnico-pedagógica no que se refere ao processo de

ensino-aprendizagem; fomentar o processo de informação educacional e profissional, objetivando a inserção no mundo do trabalho; estimular a participação na transformação dos conflitos de forma não-violenta; aplicar metodologias e técnicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos. (DISTRITO FEDERAL, 2022).

Portanto, sua prerrogativa de identificar intervenientes no processo de ensino-aprendizagem, representa a interface profissional que alcança a identificação de abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes.

A professora Orientadora Educacional que gentilmente se disponibilizou a participar da entrevista será designada pelo nome fictício de Renata e trabalha em uma Escola Classe em uma das Regiões Administrativas de Brasília, DF há 10 anos. Ao ser questionada sobre como o profissional de Orientação Educacional é recrutado para atuação na Rede Pública do DF, informou que é por meio de concurso público e, como requisito, deve ser pedagogo (a).

A professora Renata aponta que por sua experiência identifica as causas para o abuso sexual de crianças e adolescentes como tendo raízes históricas, dos abusos cometidos contra mulheres, sobretudo, desde o processo colonial e entende a situação atual implantada nesse passado, agravada atualmente pelo processo de sexualização precoce que as crianças vêm sofrendo, sendo a mídia intensamente responsável por isso.

No que diz respeito à relação entre abuso sexual e o ensino remoto emergencial do período da pandemia entre 2020 e 2021, a professora indica não possuir dados e/ou instrumentos para aferir um aumento de casos de abuso sexual. Mas, estão analisando casos atuais de problemas de depressão, tristeza em crianças que ficaram sozinhas ou com pessoas estranhas enquanto os pais saíram para trabalhar, o que pode indicar casos de abusos.

Quando solicitada a responder, por sua experiência, sobre quem é o abusador sexual de crianças a orientadora educacional menciona que,

Geralmente é alguém muito próximo da criança e que independe do sexo, mas, geralmente é do sexo masculino! E que pode também abusar, tanto meninas quanto meninos e também os meninos maiores. Já tivemos casos de primos, de adolescentes maiores com os parentes, os meninos menores. Tanto de meninos, quanto de meninas. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada)

Em relação aos reflexos do abuso sexual no ambiente escolar, a orientadora informa que são reflexos irreparáveis, uma vez que essa ocorrência fica "armazenada" para sempre na mente da criança e que isso se manifesta no baixo rendimento escolar,

trastornos emocionais, sentimento de culpa e que muitas vezes, a criança abusada sexualmente, não tem coragem de falar por temor das pessoas mais velhas e pela proximidade que possuem, muitas vezes pessoas que são as responsáveis pelo sustento da família.

Sobre os indicativos de que uma criança exibe quando está sofrendo abuso sexual a professora Renata informa que a criança passa a transmitir tristeza, depressão, angústia e

deixa de brincar com seus pares, fica silenciosa, apresenta uma fala voltada para as questões sexuais, muitas vezes há mudanças no próprio corpo no comportamento da criança. E aí, a gente começa a investigar através de conversa, da brincadeira, do desenho... Assim, a gente vai identificando. Outras vezes eles passam essa informação para os outros colegas, como um caso em que fiz parte da descoberta: uma garotinha estava passando um bilhete na sala para uma colega e eu peguei. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada)

Como desdobramento sobre o que fazem, enquanto equipe, quando identificam uma criança que tem esses sinais de abuso sexual, a orientadora informou que ao constatarem os indícios, encaminham o caso para o Conselho Tutelar. Ao apresentar o caso mencionado acima e seus desdobramentos a professora fez o seguinte relato:

Esse caso que mencionei antes, do bilhete, a menina tinha um comportamento diferenciado, como falei, das demais. Mostrava uma certa sensualidade fora da idade, já estava no quarto ano e ela não lia, era muito inquieta, e um dia ela passou um bilhete contando o que o padrasto estava fazendo, estava abusando. Aí, comuniquei para a Supervisora pedagógica e ela fez a denúncia ao Conselho Tutelar. Cheguei a ir ao DPCA (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente), mas, a família não acreditava na menina, a mãe não acreditava, ninguém acreditava. Nem a própria psicóloga lá do DPCA acreditou na criança. Depois de alguns anos a avó da criança surpreendeu o padrasto no abuso e deu um final dessa situação com essa menina. O padrasto foi preso. Cheguei até a fazer um depoimento em uma audiência, depois de uns dois anos. A família mudou de cidade, porque ficaram com medo e também, eu acho, com um certo sentimento de culpa por não terem acreditado na criança. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada)

Diante da ação que tomaram sobre o caso relatado, a orientadora foi questionada sobre se as ações realizadas pela escola inibiam ou estimulavam essas operações. Segundo a professora, nem inibem e nem estimulam, uma vez que são preventivas. Pois, ao ensinar para a criança como se proteger, conhecer o seu corpo, para que ela só permita tocar se forem pessoas de sua confiança, se faz um trabalho constante de prevenção na escola. A criança é informada de que,

Só ela pode se tocar, é uma questão da privacidade dela: que há um toque saudável e o toque que é ruim, por exemplo, uma criança precisa entender

esse toque, quando é de cuidado e quando é o toque de um outro que tem com a intenção mesmo, o abuso. E para isso, a gente faz esse trabalho através de histórias, conversas no pátio. Agora mesmo a gente vai fazer um trabalho nesse sentido porque a gente tem percebido que as crianças entre elas mesmas, os que já são adolescentes, por exemplo, não estão sabendo respeitar os pais, e aí tem história de menino que pegou nas partes íntimas da menina ou do menino e diante disso, vamos fazer um trabalho com as turmas... E no pátio, os profissionais, todo mundo envolvido, vamos chamar especialista para fazer formação com os professores. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada)

Em continuidade a professora Renata foi questionada se, do ponto de vista dos profissionais que se envolvem, que identificam, no caso do orientador educacional, e o envolvimento com o conselho tutelar, as vezes com polícia, não influencia na denúncia, no processo que é levar a cabo uma espécie de vigilância sobre isso e punição do possível criminoso que pratica abuso sexual com crianças! Como isso se dá? Você já percebeu nas equipes alguma forma de temor sobre a tomada dessas ações?

Sim! O temor existe! Mas tudo é feito de forma muito sigilosa. Os relatórios que a gente faz não são colocados os nomes das pessoas que estão fazendo a denúncia. Se é para Ouvidoria, é a mesma coisa. Mas, existe sim um temor! Eu mesma, quando aconteceu esse caso que relatei, chegaram profissionais e falaram para mim: - você não tem medo de que esse marginal faça alguma coisa contra a sua família? E é uma questão mesmo de solidariedade e de justiça, né? A gente tem esse medo, mas, vai adiante, fazer o que tem que ser feito. Faz parte da nossa profissão e do nosso senso humano. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada).

Em sequência se questionou à orientadora educacional se a escola em que atua possui algum programa ou projeto de prevenção contra o abuso sexual contra crianças. A professora indicou que essa atuação ocorre quando surgem casos. Ao observarem casos, a escola começa a pensar em propostas para atuar e que a própria Secretaria de Educação tem um mês do calendário letivo que é dedicado ao trabalho de prevenção contra o abuso sexual, que é o mês de maio, chamado de "Maio Laranja", já que o dia 18 de maio foi escolhido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Nesse mês é feito todo um movimento para prevenção, como palestras, seminários, movimentos nesse sentido, pois as situações são recorrentes! Até em conversas com os pais, a gente fica sabendo de mulheres que passaram por essa situação, que foram abusadas! Então, é mais recorrente do que a gente possa imaginar. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada).

A Orientadora Educacional, ao ser questionada sobre a frequência (se grande, baixa, rara), no âmbito da escola que atua, com que casos de abuso sexual acontecem e que são identificados, informou que por estarem em uma escola de anos iniciais do

Ensino Fundamental, os casos são baixos. Os que são perceptíveis e que enseja uma investigação são muito poucos. Menciona ainda que em dez anos, só testemunhou em torno de três casos que de fato foram identificados como abuso sexual.

Em relação a sugestões para atuação da escola no combate ao abuso sexual, a professora Renata, indica que a melhor proposta é a da prevenção. Sobretudo, fazer com que a criança aprenda a cuidar e a respeitar o seu próprio corpo. Ao conhecer o seu corpo, e entender que ela pode se defender, a criança cria mecanismo de defesa contra as pessoas abusadoras. A orientação oferece protagonismo de atuação para a criança, sendo a melhor forma de ação, uma vez que ela aprenderá a melhor maneira de se proteger, se respeitar e respeitar o outro.

Diante disso, a professora Renata foi inquerida se havia alguma iniciativa, do ponto de vista de educação sexual na escola para esse fim? Sua resposta foi:

A gente está agora nesse momento buscando profissionais para fazer um trabalho de educação sexual, para que a criança aprenda a cuidar do seu corpo e a respeitar o corpo do outro. Porque dessa forma a gente vai trabalhar na parte básica da criança: aprender a se respeitar. É isso, tudo vem do respeito. Se a gente cuida desde cedo, a gente não vai ter abusadores. (Transcrição da fala da Orientadora Educacional entrevistada).

As informações da professora Renata foram bastante esclarecedoras sobre o tema pesquisado e é possível identificar elementos que também foram trazidos na pesquisa bibliográfica, como a perspectiva de ser tema tabu, a identificação dos abusadores, na maior parte das vezes, como sendo de pessoas próximas, a importância das ações de prevenção e esclarecimentos das crianças, o papel da educação sexual no âmbito da escola com o objetivo de esclarecer e evitar-se o abuso sexual.

Resultados e Conclusões

É perceptível que o cruzamento entre os achados nas pesquisas publicadas em artigos do recorte tratado nessa pesquisa, dialogam adequadamente com o que foi apontado pela Orientadora Educacional entrevistada sobre abuso sexual e o papel da escola, mostrando a convergência entre as pesquisas realizadas.

Aspecto importante a ser aqui referido, diz respeito às consequências de abusos sexuais nas crianças em sua aprendizagem no processo de escolarização e para toda a vida, mostrando, por esse impacto, a urgência em tratar de modo adequado esses aspectos da torpeza humana. A influência na aprendizagem de crianças dessa ação

abjeta, pode condenar estudantes a um baixo rendimento, a comportamento inadequados, a falta de iniciativa, medo, enfim, uma série de comportamentos e sentimentos difíceis de serem superados sem um auxílio profissional, comprovando ainda mais, a necessidade de a escola lançar luz sobre o assunto, e sobretudo, intervir com medidas mais contundentes no sentido, sobretudo, da prevenção.

Nota-se, pelos indicadores da Orientadora Educacional participante da pesquisa, certo temor dos profissionais no enfrentamento do abuso sexual, pois muitas vezes envolve caso de polícia e apelo ao judiciário, o que nem sempre é confortável enfrentar, uma vez que há medo de perseguição por parte dos que cometam abusos sexuais. Embora, haja toda uma condição de assegurar o anonimato de quem denuncia aos órgãos competentes, sempre há medo de que esses processos possam falhar.

Percebe-se também que há falta de preparo por parte de profissionais que atuam na escola como demonstram Campos e Urnau (2021), condição que inibe a identificação de casos diante do que as crianças e os adolescentes exibem como indicadores de que estão sofrendo abusos sexuais. Isso, permite-nos inferir sobre a necessidade de formação continuada para os profissionais das escolas nesse sentido, uma vez que só haverá o combate a essas práticas abusivas, se os casos forem identificados e devidamente encaminhados e tratados.

Considerações finais

Apesar do pouco tempo destinado à produção de uma pesquisa para a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, o percurso nessa investigação possibilitou encontros importantes na pesquisa, ao confrontar dados produzidos pela investigação de diversos pesquisadores com os próprios dados gerados oportunizados pela entrevista a uma agente de escola que encara o problema. O que demonstra a aproximação entre o universo acadêmico constituído pelos trabalhos produzidos por outros, a um encaminhamento constatado *in loco* pelos objetos da realidade pesquisada pela autora da investigação.

Diante de tudo que se elencou, é possível apontar que os objetivos da pesquisa foram alcançados diante da metodologia proposta, uma vez que se identifica a importância do papel da escola no reconhecimento de abusos sexuais de crianças e adolescentes. Pela ação de profissionais habilitados, como professores, orientadores educacionais, entre outros, é possível perceber, pela mudança de comportamento e

outros indicadores, crianças e jovens que estão sofrendo de abuso sexual, demonstrando que a escola é peça-chave nos mecanismos sociais que auxiliam no combate e na prevenção desses abusos, ainda que haja a necessidade de formação continuada para esses profissionais e o estabelecimento de protocolos de ação seguros, que afastem o temor em efetivarem as ações necessárias por parte desses profissionais.

Assim, conforme pode ser observado na pesquisa, o combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, tendo a escola como uma das agentes para seu enfrentamento, processa-se a partir da instrução das próprias crianças e adolescentes com encaminhamentos adequados da educação sexual, esclarecimentos sobre autocuidado, respeito ao outros e a si próprio, colocando-os como protagonistas na vigilância e prevenção ao abuso sexual e aos abusadores, um dos encaminhamentos mais sublimes que a educação escolarizada pode oferecer. Além da observação, identificação e acompanhamento de casos suspeitos.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, M.R.; KOLLER, S.H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Rev. Psicol. Reflex. Crit.* 11 (3), 1998.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BARBOSA, L.U.; VIÇOSA, C.S.C.L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *REAS/EJCH*, Vol. 11(10), 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRINO, R.; WILLIAMS, L. Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil. *Educação & Realidade*, 33(2), 2008.

BRITO, A.M.M.; ZANETTA, D.M.T.; MENDONÇA, R. de C.V.; BARISON, S.Z.P.; ANDRADE, V.A.G. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção Ciência & Saúde Coletiva, 10(1):143-149, 2005.

CRUZ, M.A. da; GOMES, N.P.; CAMPOS, L.M.; ESTRELA, F.M.; WHITAKER, M.C.O.; LÍRIO, J.G. dos S. Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. *REVISÃO Ciênc. saúde coletiva* 26 (4); Abr 2021.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação - DF. *Orientação Educacional*. 2022. Disponível em <https://www.educacao.df.gov.br/orientacao-educacional/>. Acesso em 15 de agosto de 2022

LESSA, C.B.; MAYOR, A. S. A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. *Perspectivas Online: Humanas e Sociais Aplicadas*. Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas, v.9, n.25, p.61 -77, 2019.

MANFIO, A.; RADICHI, R. M.; RODRIGUES, B. DE O.; SOUZA, D.C. de; NASCIMENTO, H.O.R.; BARBOSA, R. dos S.; SANTIAGO, D.E. O papel da escola diante ao abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes. *Rev. Uniesp*, 2021. Disponível em https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20210708215145.pdf. Acesso em agosto de 2022.

MARTINELLI, T.A. *Redes de abuso*. São Paulo: Scipione, 2007.

OLIVEIRA, U.A.S.M.; MAIA, H.J.S. A infância inventada: um recorte sobre a representação da criança. In: *Diversidade, Infância e educação infantil*. Salvador: EDUFBA, 2020.

PAIXÃO, E. de S.; SOUZA NETO, J.C. O abuso sexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno. *Territorium* 27(I), p. 97-111, 2020.

RIBEIRO, C.H.P.T.; COSTA, L.C. da; BARRETO, E.C.; SOUSA, C.M.V. de; SALES, N.M.R.; DIAS, T.P. Transtorno de estresse pós-traumático em vítimas de abuso sexual na infância. *Rev. Humanas Sociais & Aplicadas*. V. 8 n. 22, Edição Comemorativa VI CICC, 2018.

SANTOS, M.de.J.; MASCARENHAS, M.D.M.; RODRIGUES, M.T.P.; MONTEIRO, R.A. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola – Brasil, 2010-2014. *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 27(2):e2017059, 2018.

SILVA, Lillian Ponchio, E. et al. *Pedofilia e abuso sexual de crianças e adolescentes (Coleção saberes monográficos)*. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

ZULIANI, G.; MANARIN, T.; GAGLIOTTO, G.M. O professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento da aprendizagem da criança. In: *V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017, Maringá, PR. Anais*. Disponível em <http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/3114.pdf>>. Acessado em agosto de 2022.

APÊNDICES

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*O papel da escola contra o abuso sexual*”, de responsabilidade de **Leticia Almeida Dias** estudante de graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, orientada pelo professor Dr. Hélio José Santos Maia. O objetivo desta pesquisa é Identificar o papel da escola na ação contra o abuso sexual de crianças e adolescentes e como propõem soluções para o problema.

Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisadora responsável pela investigação.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada. É para estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 9999-3509 ou pelo e-mail lectil@outlook.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um Trabalho Final de Curso, podendo ser publicada de forma integral ou parcial posteriormente na comunidade científica.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com a senhora.

 Assinatura do(a) participante

 Assinatura do pesquisador proponente

Brasília, ___ de _____ de _____

Transcrição da entrevista semiestruturada

Nós gostaríamos de saber inicialmente como o orientador educacional entra na escola, exerce essa função? Ele é um professor, um pedagogo, é um técnico? Gostaríamos de ter essa informação.

Renata – Ele participa de um concurso público e é pedagogo(a).

Por sua experiência profissional é possível identificar causas para o abuso sexual de crianças e adolescentes?

Renata – Vejo como algo histórico! Desde que os portugueses invadiram o Brasil, existia aquela situação de supremacia de poder do homem sobre a mulher, principalmente os colonizadores que viam as indígenas como objeto sexual e isso foi passando para as futuras gerações e os senhores sempre achavam que podiam abusar e tratar as crianças como objetos. Isso continua na prática de muitos homens incultos, sem instrução ou por outras questões que é meio difícil de explicar, o que leva um ser a abusar de uma criança, as vezes até das suas próprias mulheres de não respeitar! Então, advém dessa questão histórica e até da falta de respeito para com o outro. Além disso, direcionando o olhar para crianças e adolescentes, é notável a sexualização precoce que se observa hoje entre as crianças e adolescentes. Penso que a mídia possui responsabilidade sobre isso por sua exposição exagerada de apelos sexuais variados, o que de certa forma, a meu ver, contribui para essa situação.

Você pode inferir ou se tem algum dado sobre abuso sexual com as crianças que estão na escola nesse período do ensino remoto, ele foi maior? Que dado você tem sobre isso? Que dado você tem nesse aspecto?

Renata – dados assim de instrumentos, não tenho instrumentos! Mas temos nos deparado com situações que estamos analisando que a gente percebe as crianças assim com mais problemas de depressão, tristeza... Existem casos que leva a crer que na pandemia, ficaram sozinhas, ficaram por conta delas mesmas ou por conta de outras pessoas estranhas. Então é bem possível que na pandemia tenha aumentado, como

aumentaram outras situações de transtornos emocionais. É bem possível que tenha havido sim na pandemia, um aumento por essas questões sociais, financeiras, de renda... Que os pais saiam de casa e deixavam seus filhos para buscar uma forma de sustento.

Na sua percepção, diante do que testemunha, quem é esse abusador sexual de criança escolar? Porque pode ser que não esteja diretamente envolvido com a escola, mas, que afeta crianças que estão na escola. Quem é esse abusador? Como é que você traça o perfil desse abusador sexual?

Renata – Geralmente é alguém muito próximo da criança e que independe do sexo, mas, geralmente é do sexo masculino! E que pode também abusar, tanto meninas quanto meninos e também os meninos maiores. Já tivemos casos de primos, de adolescentes maiores com os parentes, os meninos menores. Tanto de meninos, quanto de meninas.

Então na sua percepção, qual o reflexo do abuso sexual no ambiente escolar?

Renata – É algo irreparável. Uma vez que isso acontece isso fica armazenado, essa informação triste cruel na cabecinha dessa criança e que tem consequências terríveis: o baixo rendimento, transtornos emocionais, sentimento de culpa... para criança é muito complicado ela entender porque ela se sente, que de uma certa forma, ela é responsável por aquilo e nem sempre elas têm coragem de falar, de dizer por medo do mais velho e que muitas vezes é o pai, é a mãe, é o irmão mais velho, alguém da família que sustenta a casa, então, é uma situação muito séria, muito grave.

Quais são os indicativos que uma criança exhibe e que lhe permite identificar que está sofrendo abuso sexual?

Renata – tristeza, depressão, angústia, ela deixa de brincar com seus pares, fica silenciosa, apresenta uma fala voltada para as questões sexuais, muitas vezes há mudanças no próprio corpo no comportamento da criança. E aí, a gente começa a investigar através de conversa, da brincadeira, do desenho... Assim, a gente vai identificando. Outras vezes eles passam essa informação para os outros colegas, como um caso em que fiz parte da descoberta: uma garotinha estava passando um bilhete na sala para uma colega e eu peguei.

Quando você identifica uma criança que tem esses sinais, como é que acessam para fazer esse levantamento e chegar a uma constatação?

Renata – A gente identifica esses indícios e encaminha para o Conselho Tutelar.

Você já se deparou com a constatação de abuso sexual na escola e quais foram as medidas tomadas?

Renata – Sim. Esse caso que mencionei antes, do bilhete, a menina tinha um comportamento diferenciado. Como falei, das demais. Mostrava uma certa sensualidade fora da idade, já estava no quarto ano e ela não lia, era muito inquieta, e um dia ela passou um bilhete contando o que o padrasto estava fazendo, estava abusando. Ai, comuniquei para a Supervisora pedagógica e ela fez a denúncia ao Conselho Tutelar. Cheguei a ir ao DPCA (Delegacia de Proteção A Criança e Ao Adolescente), mas, a família não acreditava na menina, a mãe não acreditava, ninguém acreditava. Nem a própria psicóloga lá do DPCA acreditou na criança. Depois de alguns anos a avó da criança surpreendeu o padrasto no abuso e deu um final dessa situação com essa menina. O padrasto foi preso. Cheguei até a fazer um depoimento em uma audiência, depois de uns dois anos. A família mudou de cidade, porque ficaram com medo e também, eu acho, com um certo sentimento de culpa por não terem acreditado na criança.

Você acha que as ações que devem ser tomadas pela escola contra o abuso sexual contra crianças, estimulam ou inibem essas ações?

Renata – Eu acho que nem inibem e nem estimulam. Elas são preventivas. Porque uma vez que a gente ensina a criança a se proteger, a conhecer o seu corpo, mostrar para ela que só ela pode tocar ou pessoas de sua confiança, a gente faz muito esse trabalho na escola. Só ela pode se tocar, é uma questão da privacidade dela; que há um toque saudável e o toque que é ruim, por exemplo, uma criança precisa entender esse toque, quando é de cuidado e quando é um toque que tem como intenção mesmo, o abuso. E para isso, a gente faz esse trabalho através de histórias, conversas no pátio. Agora mesmo a gente vai fazer um trabalho nesse sentido porque a gente tem percebido que as crianças entre elas mesmas, os que já são adolescentes, por exemplo, não estão sabendo respeitar os pares, e aí tem história de menino que pegou nas partes íntimas da menina

ou do menino e diante disso, vamos fazer um trabalho com as turmas... E no pátio, os profissionais, todo mundo envolvido, vamos chamar especialista para fazer formação com os professores.

Do ponto de vista dos profissionais que se envolvem, que identificam, no caso do orientador educacional e o envolvimento com o conselho tutelar, as vezes com polícia, não influencia na denúncia, no processo que é levar a cabo uma espécie de vigilância sobre isso e punição do possível criminoso que pratica abuso sexual com crianças! Como isso se dá? Você já percebeu nas equipes alguma forma de temor sobre a tomada dessas ações?

Renata – Sim! O temor existe! Mas tudo é feito de forma muito sigilosa. Os relatórios que a gente faz não são colocados os nomes das pessoas que estão fazendo a denúncia. Se é para Ouvidoria, é a mesma coisa. Mas, existe sim um temor! Eu mesma, quando aconteceu esse caso que relatei, chegaram profissionais e falaram para mim: - você não tem medo de que esse marginal faça alguma coisa contra a sua família? E é uma questão mesmo de solidariedade e de justiça, né? A gente tem esse medo, mas, vai adiante, fazer o que tem que ser feito. Faz parte da nossa profissão e do nosso senso humano.

A escola em que você atua possui algum programa, proposta ou projeto de prevenção contra o abuso sexual contra criança?

A gente atua mais quando surgem casos. Quando a gente observa casos, já começa a pensar em propostas para fazer aquele trabalho e a própria Secretaria de Educação tem um mês que é dedicado a trabalho de prevenção, que no caso é o mês de maio, chamado “Maio Laranja”, pois o dia 18 de maio foi escolhido como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nesse mês é feito todo um movimento para prevenção, como palestras, seminários, movimentos nesse sentido, pois as situações são recorrentes! Até em conversas com os pais, a gente fica sabendo de mulheres que passaram por essa situação, que foram abusadas! Então, é mais recorrente do que a gente possa imaginar.

Mas, lá no âmbito da escola, a frequência com que isso acontece e que vocês identificam, qual é a perspectiva, é grande, é baixa, é rara? São casos pontuais? Como é isso?

Renata – Como a gente é uma escola de anos iniciais, os caos são baixos. O que chega para a gente de fato, de fazer uma investigação, para você ter uma ideia, em dez anos, só vi mesmo em torno de uns três casos, que foram realmente identificado.

Por sua experiência, o que você sugere como proposta a partir da escola, que pode contribuir no combate ao abuso sexual?

Renata – Para mim a melhor proposta é o da prevenção! Que é fazer com que a criança aprenda a cuidar e a respeitar o seu próprio corpo. Porque ela conhecendo o seu corpo, entendendo que ela é a pessoa que pode se defender, criar esse mecanismo de defesa contra as pessoas que são os abusadores, que querem fazer algo nesse sentido de usar a sua força, seu poder sobre uma criança, a criança ter uma autonomia, um protagonismo... Orientar, oferece esse protagonismo para a criança! Para mim é a melhor forma! Porque aí ela vai aprender a melhor forma de se proteger, a se respeitar e a respeitar o outro.

Há alguma iniciativa, do ponto de vista de educação sexual nesse sentido?

Renata – A gente está agora nesse momento buscando profissionais para fazer um trabalho de educação sexual, para que a criança aprenda a cuidar do seu corpo e a respeitar o corpo do outro. Porque dessa forma a gente vai trabalhar na parte básica da criança: aprender a se respeitar. É isso, tudo vem do respeito. Se a gente cuida desde cedo, a gente não vai ter abusadores.

Muito obrigado a você pelo seu tempo. Por certo suas contribuições são valiosas para o nosso trabalho.